

Agriculturas alternativas e a busca de autonomia: da crítica contracultural ao movimento social

JALCIONE ALMEIDA¹

Resumo

A autonomia se encontra no centro das principais manifestações de afirmação de um novo projeto de desenvolvimento agrícola e rural. Esse artigo trata de identificar e discutir as principais reivindicações, proposições, experiências e aspirações que se desenham em torno dessa idéia de autonomia atualmente na agricultura do sul do Brasil.

Agriculturas alternativas y la búsqueda de autonomía: de la crítica contracultural al movimiento social

JALCIONE ALMEIDA¹

Resumen

La autonomía se encuentra en el centro de las principales manifestaciones de afirmación de un nuevo proyecto de desarrollo agrícola y rural. Este artículo trata de identificar y discutir las principales reivindicaciones, propuestas, experiencias y aspiraciones que se diseñan actualmente en torno de esta idea de autonomía en la agricultura del sur de Brasil.

1 Agrônomo e doutor em sociologia. Professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo atuação de docência e pesquisa na Faculdade de Agronomia e no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). *E-mail:* jal@vortex.ufrgs.br

1 Agrónomo y doctor en sociología. Profesor e investigador de la Universidad Federal de Rio Grande do sul (UFRGS), docente e investigador en la Facultad de Agronomía y en el programa de posgrado en Desarrollo Rural (PGDR). *E-mail:* jal@vortex.ufrgs.br

Alternative agriculture's and the search of autonomy: from the countercultural criticism to the social movement

JALCIONE ALMEIDA¹

Abstract

Autonomy is in the center of the main affirmatives for a new project of agricultural and rural development. This paper identifies and discusses the main claims, proposals, experiences and aspirations that are pointed around this idea of autonomy in agriculture in Southern Brazil.

Agricultures alternatives et recherche de l'autonomie: de la critique contreculturelle au mouvement social

JALCIONE ALMEIDA¹

Résumé

L'autonomie se situe au centre des principales manifestations d'affirmation d'un nouveau projet de développement agricole et rural. Cet article se propose d'identifier et de discuter les principales revendications, propositions, expériences et aspirations actuellement conçues autour de cette idée d'autonomie dans l'agriculture au sud du Brésil.

1 Agronomist PhD Sociology. Lecturer and researcher Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculty of Agronomy and Master's of Rural Development (PGDR). E-mail: jal@vortex.ufrgs.br

1 Agronome et docteur en Sociologie. Professeur et chercheur de l'Universidad Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ayant exercé dans l'enseignement et la recherche à la Faculté d'Agronomie et dans un Programme de Maîtrise au Développement Rural (PGDR). E-mail: jal@vortex.ufrgs.br

Agriculturas alternativas e a busca de autonomia: da crítica contracultural ao movimento social

Introdução

A agricultura brasileira, hoje, mostra que os movimentos reivindicativos e de contestação se inscrevem nas políticas mais gerais de autonomia e nos processos de auto-organização, e que essas diferentes formas de autonomia definem uma disputa mais ou menos específica².

Em seus diferentes aspectos, é contra uma determinada organização do trabalho que a autonomia é objeto de reivindicações, de proposições, de experimentações ou de aspirações; contra a dominação da racionalidade moderna no seio da modernidade; contra uma racionalização que concentra o poder de decisão, restringe a democracia e nega a cidadania; contra um processo de modernização que induz a um crescimento que destrói os equilíbrios naturais fundamentais, aumenta as desigualdades e impõe uma corrida acelerada e esgotante em direção às mudanças. É esse grupo de questões centrais que, com seus desdobramentos, parece constituir o verdadeiro elo de ligação entre manifestações contestadoras tão singulares e heterogêneas no interior da agricultura e do rural do sul do Brasil³.

Na agricultura, são os processos de heteronomização da vida social e as crises relativas a esses processos que se encontram na base de toda aspiração de autonomia⁴. Isso acabou por romper uma certa coerência da exploração camponesa tradicional, através de três maneiras:

- i. da artificialização do trabalho camponês;
- ii. da profissionalização da atividade agrícola; e
- iii. da «setorialização» da agricultura em geral.

A artificialização se operou através de uma unificação, de uma padronização dos produtos agrícolas que, por sua vez, abriu caminho à especialização do

2 As idéias aqui expostas encontram aprofundamento em ALMEIDA (1993; 1999).

3 A pesquisa empírica que embasou esse trabalho foi realizada nos três estados do sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses estados representavam, em 1996, 6,75% da área e cerca de 20% da população brasileiras (FIBGE, 1996).

4 Toma-se emprestado de ILLICH (1973) o conceito de heteronomização, que na agricultura camponesa se traduz, em última instância, pela perda de sua capacidade de autoregulação. Seu sentido etimológico é aquele «que recebe do exterior as leis que regem sua conduta» (ao inverso do que é a autonomia). Esta palavra vem do grego «heteros» (outro) + «nomos» (lei).

agricultor fazendo dele um monocultor. Em se especializando, este se viu obrigado a vender o essencial de sua produção no mercado e, de maneira acessória, nele comprar sua alimentação e seus equipamentos. Concretamente, a profissionalização significou uma ruptura entre a vida fora do trabalho e aquela dentro do trabalho. Quanto à «setorialização», corresponde ao processo que viu se instaurar uma certa forma de mobilidade dos agricultores no interior do «setor» agrícola. Dito de outra forma, em razão da normatização e da estandardização, a atividade agrícola, a propriedade, o «local» e a «região» representam cada vez menos uma unidade pertinente do ponto de vista da produção agrícola. É portanto pelo viés desses três elementos do processo de modernização que a agricultura teria perdido sua capacidade tradicional de se autoregular.

Um tal processo de heteronomização da atividade agrícola camponesa provocou a explosão dos mecanismos tradicionais que articulavam os diferentes componentes do trabalho camponês, isto em benefício de novos modelos de coerência exteriores à atividade agrícola, e, em conseqüência, escapando em muito do controle do agricultor. Seja de forma individual ou coletiva, o agricultor viu reduzir a capacidade que tinha em harmonizar os fatores de sua produção.

Compreende-se assim porque a autonomia se encontra no centro das principais manifestações contestadoras em favor de uma agricultura alternativa ou diferente no sul do Brasil⁵, e também porque ela traça uma das vias essenciais na direção da possibilidade de um projeto alternativo de agricultura.

Mas quais são as reivindicações, proposições, experiências e aspirações que se desenham em torno dessa idéia de autonomia?

1. A autonomia camponesa ou a (quase) autarquia

Autonomia e trabalho

Por autonomia camponesa entende-se uma espécie de reivindicação-aspiração que se constrói no plano específico da produção. Esse fenômeno representa de uma certa forma um espaço de autonomia no interior da sociedade industrial em geral e da agricultura industrial e moderna em particular; um espaço limitado e aparentemente em não-expansão, mas talvez um pouco mais confortável que outros, mesmo que não constitua uma via maior de evolução para a economia e a sociedade.

5 Considera-se «alternativas» ou «diferentes» as agriculturas que têm características técnicas, econômicas, sociais, culturais de seus sistemas de produção –e mais amplamente de seus modos de vida– que correspondem a uma certa combinação da divisão do trabalho, ou a uma transgressão (em níveis variados) desta divisão tal como ela funciona hoje de maneira dominante. O sul do Brasil é a região onde a agricultura mais se desenvolveu nas últimas décadas, seguindo os pressupostos da “revolução verde”.

Certas sociedades como a brasileira permitem uma dilatação das margens do sistema formal e institucional. Isso revela ao mesmo tempo um aspecto negativo, a saber, a concentração do poder e, de outro, positivo, quer dizer, a possibilidade para muitas pessoas vivendo na marginalidade de encontrarem condições mais ou menos confortáveis para viver e trabalhar. Mas isso não acontece sem uma forte dependência em relação ao «centro». Parece que se trata aqui de uma forma de auto-organização da «periferia», que busca constituir uma via mais autônoma no interior do sistema econômico, em se dotando de certos níveis de liberdade e independência em relação ao esquema dominante e ao modelo clássico moderno de organização do trabalho. Aqueles que propõem esse tipo de autonomia pertencem a grupos sociais não tendo geralmente direito –ou tendo muito pouco– à palavra, mal organizados e em situação precária no plano econômico e material.

Essa autonomia camponesa, que se liga estreitamente ao trabalho, apresenta três dimensões essenciais:

- i. a busca, por parte do trabalhador-agricultor, de uma autonomia na sua estrutura de produção, através de uma combinação entre energia e informação, está sendo aqui entendida no seu sentido mais amplo, reagrupando as atitudes do agricultor e os conhecimentos necessários à produção;
- ii. uma autonomia baseada no espaço ou território específico, que permite um certo conhecimento e domínio da situação e que abre a possibilidade de invenção do próprio trabalho e da aplicação dos conhecimentos acumulados em um lugar determinado; e
- iii. a possibilidade de gerir o próprio tempo de trabalho segundo as diferentes modalidades, o que significa em última instância restituir ao agricultor a dimensão essencial da existência que é o domínio do tempo.

Essas três dimensões gerais da autonomia camponesa levam a definir, entre outros, alguns elementos ou condições que permitem o agricultor e sua família adquirir um ganho de autonomia:

- domínio de um saber camponês específico;
- conhecimento de certos instrumentos próprios de produção;
- a disponibilidade de um leque –o mais amplo possível– de opções de trabalho;
- a possibilidade de melhor organizar o tempo de trabalho, abrindo espaço para outras atividades específicas dentro da atividade (artesanato, prestação de serviços exteriores à unidade de produção, intermediação na comercialização-distribuição de produtos agrícolas, etc.);

- a possibilidade de trabalhar e de viver perto do lugar/local de origem, conservando as relações sociais e de vizinhança, algumas atividades fora do trabalho, de tempo para o lazer e as relações com os grupos e comunidades locais;
- um certo domínio do tempo e do lugar/local de trabalho; e
- um maior espaço de manobra na diversificação das atividades da família e no contexto da produção propriamente dita, afim de aumentar a autonomia de cada um dos membros familiares em relação à sua própria atividade.

Parece, portanto, que essas dimensões e condições da autonomia camponesa estão claramente em relação com um modo de trabalho pré-industrial, onde se pode encontrar as formas mais tradicionais de autonomia, aquelas que existiam já nos sistemas agrícolas pré-modernos. Nesta perspectiva, isto leva a admitir que o trabalho industrial representa, pelo menos aparentemente, uma perda de autonomia, e que sofre uma desagregação quando se compara ao trabalho tal como foi concebido antes. Ao se admitir isso, não se quer necessariamente dizer que essas proposições-aspirações e que essas experiências de autonomia camponesa sejam retrógradas. De fato, não se poderia negar que um tal sistema apresenta uma lógica interna que é dinâmica e por vezes eficaz do ponto de vista microeconômico e tecnológico quando comparada à matriz moderna; ao mesmo tempo, parece ter guardado certas características da tradição que a sociedade industrial, tal como se conhece hoje, apagou.

Um outro aspecto importante que se deve guardar é a dimensão de resistência. Quando se resiste, se admite implicitamente o princípio da inviolabilidade de um mundo ideal, puro, harmonioso e muito diverso ao mesmo tempo, mesmo que esta harmonia oculte certos fenômenos tais como a auto-exploração da mão-de-obra familiar, as condições de trabalho e de vida difíceis e por vezes desumanas, como também certas agressões ao meio ambiente. Além disso, convém acrescentar o seguinte aspecto: encontra-se provavelmente na presença de uma estrutura social fortemente inibidora e usando de um importante poder de controle (familiar e/ou comunitário), um aspecto que reforça a necessidade das unidades produtivas em se apoiar sobre um sistema (produtivo e comercial) capaz de assegurar aos agricultores uma integração mínima, ou pelo menos capaz de frear o processo de marginalização progressiva.

É justamente aqui que reside uma grande questão, que já está colocada aliás aos grupos e organizações de apoio e mesmo a muitos agricultores: se é certo que em caso de crise essas formas autônomas buscam resolver eficaz e localmente certos problemas, a necessidade de uma maior interrelação com o mercado moderno não acabaria, no caso de desenvolvimento e perenização da crise, por obrigar essas unidades de produção a abrirem seu sistema? Ou, ao contrário, a forte integração das indústrias entre elas, aliando-se a uma certa maleabilidade da pequena dimensão, não poderia ver se criar uma estrutura econômica resistente, susceptível de se

adaptar rapidamente às modificações do mercado, ao mesmo tempo que a diversificação das atividades no nível individual, familiar e comunitário permitiria uma reintegração acelerada em tempos de crise?

A atual situação da agricultura no sul do Brasil não permite ainda dar respostas a essas questões. O que se sabe é que essas experiências servem para alguns grupos e indivíduos resistirem em condições difíceis. Os agricultores que buscam experimentar esses sistemas mais autônomos estão de fato na busca de alguma coisa portadora de mais solidariedade e com a qual possam se identificar, ou seja, de um sistema que possa responder às suas tentativas pessoais de reencontrar a *coerência* do modelo camponês (MULLER, 1987), uma coerência que se perdeu ao longo do processo de heteronomização provocado pela modernização da agricultura, tornando-os estrangeiros ao sistema profissional dominante. O futuro está no entanto aberto a todas as esperanças.

Além de tudo isso, um fato ainda resiste intrigando muita gente em todo o mundo: é a capacidade que têm certas regiões marginais e pequenas unidades de produção agrícola de resistirem às crises, e com um pequeno custo social se comparadas a outras. Do ponto de vista territorial e estrutural, por se tratar de dinâmicas produtivas específicas, pode-se admitir que suas experiências constituem, sem nenhuma dúvida, uma busca de autonomia da «periferia», daqueles que se situam à margem em relação ao «centro» ou (sobretudo) ao sistema econômico dominante. Isto é válido quando se refere às explorações ou unidades de produção agrícola tomadas individualmente. Mas quando se avalia a autonomia dos indivíduos ou dos pequenos grupos mais globalmente, o caso se complica. Pode-se entretanto considerar que a medida que se amplia o leque das escolhas possíveis no interior de uma estrutura produtiva (claro está que esta escolha está intimamente ligada às possibilidades de mercado, quaisquer que sejam), o grau de autonomia também aumenta. Assim, quanto maior o número de atividades que se engajam os agricultores (até um certo limite, é claro) –por exemplo, nas atividades ligadas diretamente ao setor industrial, ao artesanato, ou mesmo propriamente agrícolas, comerciais ou de manutenção-conservação do meio ambiente–, mais se admite a hipótese que um grande nível de autonomia é atingido, em todo o caso dentro da estrutura familiar (desde que o equilíbrio entre as atividades seja uma das condições da estabilidade do microssistema).

Em bom número das unidades de produção analisadas, é justamente esta diversidade que ainda garante rendas familiares razoáveis, pelo menos suficientes para a reprodução da família. Por outro lado, é esta relativa pluralidade de fontes de entrada de dinheiro, mesmo que advinda mais seguidamente de atividades ainda propriamente agrícolas, através da policultura e da criação de animais, que assegura uma certa autonomia da família, ao grupo e a cada um de seus membros, da mesma forma que promove uma considerável integração entre algumas unidades de produção garantindo a solidariedade dos grupos concernentes e a autonomia de certas comunidades em relação ao exterior. Mas, como visto anteriormente, esta autonomia tende a se limitar no espaço e no tempo. A constante interação e

massificação das técnicas e tecnologias modernas vindas do exterior do sistema, e as relações seguidamente obrigatórias com o mercado formal, põem uma vez mais a questão se estes espaços mais ou menos autônomos no interior do campesinato estão fadados a se integrarem ao *status quo*, ou se permanecerão como são.

Parece evidente que além dessa relação direta e última com o trabalho e o espaço econômico, a noção de autonomia camponesa porta nela mesma outros sentidos não menos importantes: por exemplo, aquele da produção caseira, de um espaço de liberdade individual e familiar, de história, de comunidade cultural, política, etc. Esses sentidos correspondem a um conjunto de valores bem precisos que remetem ao território (lugar ou região específica), à terra, às raízes e à memória, ao patrimônio (cultural e material). Enquanto valores, esses sentidos se opõem àqueles de mobilidade, de mundo, de capital, mas são ao mesmo tempo um lugar de projeção, de projetos vivos para o futuro. Esse jogo de atores, de sentido, se realiza plenamente nas situações de crise ou, melhor ainda, na situação de «*acumulação de crises*» (MATHIEU, 1983). Esse fenômeno de ressurgimento da tradição não constitui um simples fato de linguagem, de moda ou de mobilização passageiras; é antes de tudo a expressão de uma manifestação que foi ocultada, relegada, tornada anacrônica pelas formas sociais e produtivas associadas aos hábitos de vida e à agricultura modernas. Essas expressões tradicionais são assim a manifestação de modos de reprodução de grupos sociais, e a transmissão de conhecimentos e práticas fundamentalmente diferentes, heterogêneas em vista das relações propriamente capitalistas⁶.

Sob tais formas, a autonomia aparece como um protesto contra uma tentativa de abafamento, um grito de raiva, por vezes mesmo de ruptura, justamente porque na maioria dos casos o agricultor foi envolvido, engolido pela força das coisas, especialmente naquilo que, mais ou menos de maneira confusa, ele associa à sua identidade (camponesa) e às práticas de vida e de trabalho que a ela estão ligadas. Nessas condições, os indivíduos e os grupos restarão sempre à margem do sistema global, mesmo que consigam criar um sistema à parte, construindo uma autonomia que não se situa plenamente no social, ou seja, que se coloque fora de todo projeto global de sociedade.

As tentativas de recuperação de tecnologias tradicionais e ancestrais parecem reforçar este enclausuramento nos espaços restritos e em pequenos grupos, e mesmo na família e em torno de si mesmo. Uma autonomia muitas vezes incapaz de superar o estágio individual ou micro-grupal encontra dificuldades para privilegiar o problema de sua relação com a sociedade no seu conjunto, assim como

6 É interessante assinalar, de passagem, que esses princípios foram reforçados pela vaga dos movimentos sociais surgidos na segunda metade da década de sessenta, acabando por influenciar toda uma camada de «neo-rurais» –cuja maioria passou pela etapa cidadina, onde trabalhavam ou trabalham ainda, e seguiram uma formação educacional secundária ou superior?, que se interessam pelas novas correntes de pensamento, pelas técnicas «brandas» ou «alternativas» e ao modo de vida camponês.

aquele de seu funcionamento próprio enquanto escolha de um grupo ou de uma comunidade. Neste contexto, a técnica e as tecnologias podem conduzir, na condição de serem discutidas de uma forma diferente daquela que está sendo hoje discutida, a questões que levarão os indivíduos a refletirem sobre a heteronomia global de um lado, e sobre as autonomias locais de outro. Entretanto, essas outras maneiras de colocar a problemática tecnológica parecem se circunscrever em um projeto maior de sociedade preocupada em colocar o progresso técnico a serviço das necessidades reais da humanidade, em particular nas regiões e nas situações mais carentes, tais como aquelas que concernem a pequena produção familiar agrícola no Brasil.

Estratégias para a autonomia

Para os diferentes tipos de autonomia determinados/identificados, procura-se também alguns casos empíricos tirados de experiências concretas de agriculturas diferentes no sul do Brasil. Essa observação permitiu posteriormente identificar os principais componentes daquilo que são estratégias para uma maior autonomia no meio social agrícola e rural brasileiro. Em alguns casos, elas remetem à uma concepção mais ampla do *métier* e da profissão de agricultor, na medida que não se limitam à atividade agrícola tradicional, ou pelo menos àquela que difundem os principais organismos públicos e privados de enquadramento técnico e econômico.

Classifica-se as estratégias segundo seus grupos e traços elementares. Disso resultam dois outros espaços de autonomia – vistos logo a seguir –, que se acrescentam àquele da *autonomia camponesa*: aquelas estratégias que correspondem, de um lado, ao que se chama de *autonomia-solução* e, de outro, à uma *autonomia com traços predominantemente políticos*. Insistimos no fato de que essas autonomias específicas não são nem impermeáveis, nem perfeitamente delimitadas. Elas misturam-se, entrecruzam-se, podendo-se encontrar em uma elementos de outra. De uma maneira geral, o agricultor-tipo é o pequeno agricultor empobrecido, vivendo seguidamente em relativo isolamento, praticando na esfera familiar diversas atividades agrícolas (em geral não especializadas e de policultura) e outras que não são propriamente agrícolas, e buscando, pelo menos em princípio, um melhoramento da renda e a viabilidade econômica de sua atividade.

Esses agricultores visam habitualmente estratégias que se concretizam de maneira ambígua, pois tendem tanto a se opor ao modelo agrícola dominante como também a nele se integrar. Em todo o caso, o que parece evidente é que eles se esforçam incessantemente para atingir uma coerência no processo moderno de produção e reabilitar a pequena atividade agrícola enquanto um lugar/espço de coerência social. Essas estratégias camponesas são uma recombinação do que foi dissociado do exterior pela divisão do trabalho. Trata-se de uma transgressão dessa setorialização, do uso de subterfúgios dentro da divisão do trabalho, dentro das especializações que são impostas aos agricultores.

Divide-se as estratégias dos pequenos agricultores segundo alguns grandes eixos (entrecruzados), a saber:

- buscam ultrapassar a ruptura entre as funções de produção e aquelas de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas; as tentativas de produção de produtos caseiros e de comercialização direta pelos pequenos grupos (associações comunitárias, mini-cooperativas) parecem ser um bom exemplo, e pode-se dizer que essas estratégias induzem a uma intensificação e a uma diversificação das atividades produtivas no interior das unidades de produção;
- são caracterizadas por um procedimento que consiste às vezes em transgredir a ruptura/clivagem entre o agrícola e o não-agrícola; mesmo que no sul do Brasil ainda não seja uma atitude comum, já se observam agricultores que buscam resolver muitos de seus problemas através da produção de produtos que não são especificamente alimentares, ou ainda através de uma outra atividade (na unidade de produção ou fora dela), sem com isso abandonarem a atividade agrícola, isto feito com o objetivo de trazer um complemento de renda (por exemplo, o trabalho como mecânico, carpinteiro, na fabricação de tijolos, o artesanato, etc.);
- os agricultores tentam incorporar novas produções ao seu sistema tradicional, com uma diversificação que passa por vezes por um amplo leque de produtos, visando assim a se assegurarem de entradas de dinheiro ao longo do ano (por exemplo, a combinação de atividades/cultivos como a criação de porcos, de galinhas, a piscicultura, os produtos hortícolas);
- essas estratégias de conduta da pequena unidade de produção vão enfim, quase sempre, na direção de uma integração das atividades agrícolas à vida familiar; assim é que a mulher se ocupa geralmente das vacas leiteiras, da manutenção do lar e na ajuda quando das colheitas, as crianças dão ajuda ao pai ou à mãe, segundo o sexo, e o agricultor-chefe assegura geralmente a ligação entre os mercados externos.

Acrescenta-se um quinto e sexto eixos estratégicos marcantes no caso brasileiro. Um diz respeito à tentativa de recuperação de tecnologias e de procedimentos mais tradicionais visando a uma melhor adaptação da mão-de-obra disponível às condições de trabalho, um maior respeito ao meio ambiente (sobretudo entre aqueles cuja sensibilidade ecológico-ambientalista atinge um grau elevado) e um aumento das rendas familiares. Um outro que trata da busca incessante de uma auto-organização, desembocando em um sistema legítimo de solidariedade e de identidade que empurra os agricultores de maneira objetiva a se associarem em grupos, cooperativas ou associações de caráter comunitário, para fazer frente às dificuldades

crescentes da produção, da comercialização e da vida no meio social rural. As formas mais cristalizadas de cooperação são hoje no sul do Brasil as dos assentados, dos cooperantes reagrupados em núcleos reduzidos (associações para a comercialização, para a compra de insumos, para a discussão técnica, etc.) e das cooperativas tradicionais que buscaram uma reabilitação no interior do processo de modernização agrícola.

Estratégias típicas para a autonomia camponesa

Eis o perfil do agricultor-camponês do sul do Brasil:

- vive e trabalha com sua família (geralmente com muitos membros) em uma parcela de terra reduzida, seguidamente insuficiente para responder às exigências de sobrevivência, e situada sobre solos acidentados, pobres e esgotados pelo uso intensivo e pelo emprego pouco freqüente de nutrientes;
- é pobre mas geralmente pouco individado, fazendo reduzido uso do crédito agrícola;
- planta e cria «um pouco de tudo», com uma integração muitas vezes bem sucedida da policultura e da criação de animais, o que lhe permite produzir suficientemente para seu consumo interno e mesmo vender os excedentes;
- quanto às tecnologias, utiliza geralmente aquelas que foram transmitidas de geração à geração, de pai para filho, com entretanto algumas inovações tornadas possíveis graças ao baixo custo e sua fácil compreensão e utilização;
- é pouco assessorado/orientado pelos organismos públicos ou privados de enquadramento técnico;
- seus meios de trabalho (máquinas, equipamentos, etc.) são mais escassos e geralmente precários, fazendo com que recorra em larga medida à força manual e à tração animal (arado de bois, colheita à mão, cuidado dos animais, etc.);
- vive em pequenas comunidades, geralmente em torno de uma paróquia (geralmente católica ou luterana no sul do Brasil), sob uma influência religiosa muito presente;
- quando interrogado sobre sua situação econômico-financeira e seus modos de vida, queixa-se de ser pobre e explorado, da falta de conforto, do fato que está cada vez mais difícil viver da (e na) agricultura (sobretudo por causa da instabilidade climática que prejudica a produção, do baixo preço dos produtos

e dos altos preços dos insumos); mas se glorifica, em revanche, de ter permanecido um produtor autônomo, mais ou menos independente, fazendo aquilo que melhor lhe parece e produzindo quase tudo o que a família necessita;

- tem a tendência, paradoxalmente ao que foi dito anteriormente, a pensar que, nessas condições, trata-se de uma das melhores opções de vida, reafirmando sua pouca atração pelas coisas da «cidade grande»;
- por estar pouco endividado sente-se em condição de maior viabilidade econômica e social se comparada àquela na qual encontra-se a maioria dos agricultores e mesmo certos habitantes das cidades (faz seguidamente referência a algum amigo ou parente tendo abandonado ou perdido sua propriedade e tentado novas chances na cidade grande);
- alimenta uma grande ambição: ganhar um pouco mais de dinheiro para comprar um outro pedaço de terra (esta idéia surge seguidamente um pouco antes dos filhos atingirem a idade adulta e/ou de casamento);
- ambiciona modernizar-se investindo um pouco mais no melhoramento dos solos, na qualidade animal (geralmente para a produção leiteira e na criação de porcos) e na compra de algumas máquinas e equipamentos suscetíveis de aliviar o esforço físico das tarefas cotidianas;
- crê que, para vencer a crise atual, é preciso lutar por um ganho de autonomia em relação a tudo que é externo à unidade produtiva, bem como diversificar a produção;
- enfim, pensa que o mais importante na vida é o trabalho familiar, guardar a fé em Deus e continuar a trabalhar e viver em cima de sua terra.

2. A autonomia-solução

A autonomia-solução está geralmente associada a um estado de crise e de desagregação dos subsistemas sociais, em particular do econômico. Enquanto solução, não é entretanto a regulação do problema da falta aparente de sentido social que sofre atualmente a sociedade, do problema da autonomia do econômico -consequentemente este esboço de autonomia não seria a constituição de um pré-projeto para a sociedade futura. Na verdade, em muitas de suas características e pontos, participa de fato do impasse da atual sociedade: é justamente o produto de uma fragmentação, de uma pulverização, ou talvez da ausência de modelo bem definido de sociedade. Essas práticas fragmentadas de autonomia não estão em relação de oposição com seu contrário, a saber, a unidade, a coerência e o interesse

geral que pretende encarnar o estado; ao contrário, essa reivindicação-proposição de autonomia comporta a fusão da «crise» e a sua «solução», uma fusão que fornece um componente instável porque incompletamente fechado em si mesmo. Se essa proposição de autonomia não sugere um projeto social futuro, pelo menos induz a um processo de transformação que poderá se mostrar incompatível com a eternalização do impasse atual.

Trata-se, além disso, de uma reivindicação por uma maior democratização do Estado e de seu sistema político de representação, de uma luta por políticas públicas capazes de responder aos interesses imediatos de certos grupos e categorias sócio-profissionais.

O investimento no econômico comporta no entanto uma dimensão política, por mais difusa que seja: os indivíduos e grupos experimentarem pequenos ajustes dentro do econômico, tentando fazer frente às dificuldades e contratemplos no plano econômico.

De maneira um pouco mais abstrata, esse tipo de proposição-aspiração de autonomia indica um processo indefinido de fragmentação do social, segundo múltiplas linhas de fracionamento, onde é difícil reconhecer um ator social privilegiado (indivíduo, grupo, classe, etc.), assim como práticas legitimadas *a priori*. No lugar disso, evidencia-se cada vez mais um espaço de organizações (de agregados) e de conflitos, um campo de enfrentamentos mais ou menos indefinido e infinito. Esse processo não poupa nem mesmo o indivíduo: ele não anuncia nenhum princípio de recomposição e não afirma a proeminência de nenhuma luta verdadeira, nem de nenhum grupo. Ao contrário, a par as freqüentes decepções que os indivíduos e grupos conhecem dentro de suas relações com o estado, com os parlamentos e outras instituições, a representação e a resolução dos conflitos não parecem mais se resolver nesse nível de transcendência.

Decorre disso tudo que o exercício da oposição, da contrariedade visualizada socialmente tende a se dissolver nas experiências reguladoras de um mercado, ou na auto-regulação dos conflitos pelos próprios grupos e indivíduos, pela busca de soluções *in loco* e de forma imediata para seus problemas de produção (ver, por exemplo, as diversas tentativas de relacionamento de grupos e indivíduos com o mercado, através dos produtos diversificados, dos *labels*, de “nichos de mercado”. e as experiências próprias de produção de tecnologias e práticas diferentes a partir de centros de experimentação e pesquisa agrícolas), mesmo que esses grupos e indivíduos concernentes nunca cessem de admitir a participação de uma administração superior nas relações de força. Dentro de um tal processo, a autonomia buscada exprime, em um mesmo movimento, a capacidade para um indivíduo ou grupo específico de constituir um pólo de resistência a certas imposições (às políticas públicas, por exemplo) e, no extremo, uma resistência ao próprio poder. Ao mesmo tempo, é a maneira que encontram certos indivíduos para constituir um modo de produção e de governo próprios, suscetíveis de articular a intervenção administrativa pública e suas iniciativas, pessoais ou de grupo, sempre se esforçando em conservar sua autonomia.

Perdendo confiança nos quadros coletivos e sociais, em se tratando de instituições, de organizações, de sistemas de representações mentais e ideológicas, as pessoas tentam então resolver seus problemas localmente, individualmente ou em pequenos grupos, visto que lhes parece impossível resolvê-los coletivamente e em grande escala. Daí a tendência a se desenvolver uma forte autonomia individual e de grupo, onde as pessoas buscam dominar o máximo possível a conduta de sua vida no cotidiano. Mas uma tal autonomia reivindicada-proposta não se configura necessariamente em uma ideologia, em uma ambição confessa ou em um projeto deliberado; ela é, talvez, uma espécie de margem de segurança que as pessoas experimentam visando retomar o fôlego, esperando que a crise passe. Nesse sentido, esse tipo de autonomia corresponde mais a uma tática de espera.

A auto-organização com objetivo econômico

Esses tipos de experimentação social, que se manifestam particularmente em escala ainda reduzida, assumem geralmente no sul do Brasil a forma tanto de cooperativas (de trabalho e/ou de produção e/ou de comercialização) de tamanho variável⁷. Reagrupam-se em diversas categorias e segmentos de produtores, assim como em associações e grupos que continuam ainda hoje a exercer um forte poder de atração, mesmo mostrando sérios limites, em uma sociedade regida cada vez mais por uma economia de mercado que tende a discriminar as pequenas estruturas. Essas experimentações, algumas vezes muito heterogêneas, misturam uma militância defendendo a gestão microeconômica e a proteção do meio ambiente, os projetos de diversificação agrícola, de trabalho (semi-)coletivo ou de ajuda, a busca de fontes de energia renováveis, etc.

Essas formas de experimentação e de cooperação social e econômica possuem em comum, grosso modo, as características gerais seguintes:

- i. nascem seguidamente fora da estrutura institucional (mesmo se certas delas funcionem ainda essencialmente graças a um financiamento estatal);
- ii. conservam uma certa autonomia de concepção e gestão; e
- iii. propõem-se a colocar em prática modos de trabalho, de produção, de comercialização e de convivialidade inovadores e diferentes daqueles dominantes.

7 O termo *experimentação social* é utilizado por um grande número de atores e analistas sociais para designar as experiências levadas a efeito no plano social (e produtivo) e cultural, mesmo que às vezes de forma ainda pouco estruturadas e não seguindo um rigoroso processo de acompanhamento e de análise. No plano científico, serve para designar a verificação minuciosa e de longo termo de hipóteses de trabalho.

Mesmo que, em princípio, esses indivíduos e grupos tenham fixado como meta principal agir e sobreviver segundo uma estrutura diferente daquela que corresponde à economia de mercado, e ao mesmo tempo se afastar das políticas públicas, até o presente ainda não conseguiram afirmar suas práticas enquanto opção verdadeiramente alternativa de produção agrícola. Tem-se exemplos múltiplos, desde as pequenas e médias cooperativas de produção e comercialização, que se encontram estreitamente ligadas aos mercados convencionais à montante e à jusante da produção, até os agricultores orgânicos ou ecológicos em busca de mercados alternativos, ainda que não tenham conseguido, na sua maioria, tomar distância em relação aos mercados convencionais (em alguns casos, o agricultor que vende um produto orgânico ou ecológico vende também, paralelamente e de maneira complementar, produtos oriundos da agricultura convencional). Entre esses dois situam-se os grupos de assentados da reforma agrária que, para atingir o mais rápido possível uma situação econômica satisfatória, que diminua as dificuldades que enfrentam habitualmente e permitam afirmar suas experiências de assentamento, integram-se totalmente (e às vezes de maneira pouco crítica) aos mercados convencionais, mesmo que para isso tenham que se livrar, no curto ou médio prazo, de certas experiências alternativas de produção e comercialização.

Todos buscam de uma maneira ou de outra, e segundo sua situação de descapitalização, o financiamento de parte ou da totalidade de suas atividades. O Estado vê com bons olhos este tipo de iniciativa, como no caso das cooperativas e das associações de assentados, visto que, frente às condições falimentares atuais das políticas públicas, esta parece ser uma maneira de se descompromissar financeiramente –pelo menos parcialmente– com esses grupos. Paralelamente, o estado continua a «dar as cartas» no sentido da normatização dessas formas novas de produção, através de outras políticas que não passam necessariamente pelo crédito e a tecnologia.

Essas iniciativas associativas buscam na verdade preencher um vazio deixado pelas políticas públicas, sempre guardando suas reais capacidades de integração ou, ao contrário, de resistência ao padrão dominante⁸. Pelo seu aparente descompromisso, o estado e seus organismos de representação admitem implicitamente sua incapacidade para atender às necessidades desses grupos, mas estes continuam buscando seus interesses segundo as relações de força do momento.

8 A utopia de uma sociedade socializada pela generalização da estrutura cooperativa está hoje praticamente abandonada e esquecida, mesmo entre aqueles pioneiros do cooperativismo no sul do Brasil. O movimento cooperativista tradicional, mesmo que ainda forte no Brasil e tendo, em algumas de suas formas e tentativas, apresentado imagens precisas de uma nova organização social, representa atualmente somente uma fraca parte da economia global. Seu poder de expansão-generalização, por diferentes razões de caráter econômico-financeiro, social e político, mostrou-se pouco eficaz.

Algumas estratégias de autonomia-solução

Essas estratégias guardam um certo número de elementos comuns aos da autonomia camponesa, distinguindo-se fundamentalmente desta no que se refere à categoria social dos atores e de sua integração-relação com o mercado. Diferenciam-se igualmente segundo o «modelo» ou tipo de agricultor e de agricultura em questão. No interior do universo empírico, podemos caracterizar as estratégias de autonomia-solução (ou propriamente produtivas) em função de três tipos essenciais de agricultores e de agriculturas: o agricultor individual, o assentado organizado em trabalho (semi-) coletivo e o agricultor orgânico ou ecológico. As características fundamentais de cada um desses grupos são apresentadas a seguir⁹.

O agricultor individual

- trabalha individualmente;
- recorre amplamente à mão-de-obra familiar e, em alguns casos, à contratada em períodos determinados;
- tem uma agricultura pouco diversificada, tendendo à monocultura;
- produz em primeiro lugar para responder ao mercado;
- a superfície de terra é geralmente suficiente para satisfazer as necessidades familiares;
- utiliza um bom número de tecnologias e de práticas ligadas à agricultura intensiva convencional;
- é bem integrado em uma estrutura de comercialização, em geral pequenas e médias cooperativas ou empresas privadas;
- tem boa estrutura em termos de máquinas e equipamentos, por vezes mesmo de maneira não-proporcional;
- apresenta relativa preocupação com a conservação dos solos, mesmo que ainda não coloque em prática técnicas eficientes e freqüentes de conservação dos mesmos;
- predomina a racionalidade econômica.

⁹ Esta é uma tentativa de generalização de tipos de agricultores no universo da pesquisa empírica que embasa esse trabalho. Reconhece-se no entanto uma multiplicidade de tipos intermediários, mostrando a grande diversidade de agricultores.

O agricultor assentado da reforma agrária

- privilegia o trabalho em grupo para vencer as dificuldades estruturais e conjunturais;
- recorre fundamentalmente à mão-de-obra familiar;
- tem uma agricultura diversificada, procurando um ou dois cultivos e formas de criação que aporte o essencial das rendas para a viabilidade do grupo e do assentamento;
- produz primeiro para a subsistência, sem deixar de atender no entanto as demandas do mercado externo;
- tem ainda um fraco conhecimento do mercado; tem estrutura e circuitos de comercialização ainda mal adaptados, resultado de um certo desconhecimento das regras e condições do mercado;
- possui superfície de terra geralmente insuficiente (conseqüência direta da política de reforma agrária), sendo essa uma das principais motivações para o trabalho em grupo;
- combina um conjunto de tecnologias tradicionais e modernas (tende geralmente a abandonar certas técnicas e práticas tradicionais em benefício de outras mais modernas, garantindo uma melhor produtividade);
- tem estrutura de máquinas e de equipamentos insuficiente, outro fator determinante que conduz os agricultores a se reagruparem para sua compra e utilização;
- a sensibilidade ambiental e ecológica é um pouco mais desenvolvida que a média dos pequenos produtores agrícolas; apresenta princípios ambíguos quando o agricultor encontra-se frente a certas práticas mais produtivas, teoricamente mais lucrativas e muito prejudiciais ao meio ambiente;
- predomina a racionalidade econômica, mas o social e as relações humanas assumem importância e acabam por influenciar essa racionalidade (= racionalidade econômica mitigada).

O agricultor orgânico ou ecológico

- trabalha individualmente;
- recorre essencialmente à mão-de-obra familiar;

